

Orçamento pode ficar sem Cr\$ 3 trilhões

A Comissão Mista de Orçamento vai discutir terça-feira a proposta de redução de Cr\$ 2,1 trilhões, a preços de abril de 1991, na despesa fixada nos orçamentos fiscal e de seguridade para 1992. A sugestão foi feita ontem pelo vice-líder do PFL na Câmara dos Deputados, Messias Góis (SE), relator do anexo que trata da receita da União e da reserva de contingência.

A receita seria reduzida em Cr\$ 2,7 trilhões, quantia que consta no projeto de orçamento do Governo como resultado de esforço extraordinário de arrecadação de receitas federais e cobrança de uma parte da dívida ativa da União.

O deputado ressaltou que ninguém acredita no esforço de arrecadação do Governo. "Ninguém quer assumir que o País está quebrado, que a arrecadação está caindo, e que o Congresso tem que cortar o orçamento para equilibrar as despesas com a receita efetiva da União", sustenta Góis. Ontem, durante a reunião

da comissão, a proposta do vice-líder do PFL caiu no vazio. "O sistema é presidencialista e o Congresso não tem direito de reduzir a receita", reagiu o vice-líder do PSDB no Senado, Chagas Rodrigues (PI).

A maior preocupação do deputado Messias Góis é que os relatores parciais do projeto de orçamento da União estão acatando emendas, contando com recursos da receita total do projeto do Governo (Cr\$ 51,3 trilhões, a preços de abril de 1991). "Estão querendo tapar o sol com a peneira de novo", assinala o parlamentar, referindo-se à receita extra aprovada no ano passado, pela Comissão Mista de Orçamento.

Messias Góis acredita que, se o Congresso aprovar ainda este ano o pacote fiscal enviado pelo Executivo, parte do ganho que a União teria (estimado em 12 bilhões de dólares pelo Governo ou Cr\$ 8,8 trilhões) poderá ser deslocado para compensar a frustração com o esforço extraordinário de arrecadação e a cobrança da dívida.